

CONTRIBUIÇÕES DO AMAPÁ AO BALANÇO ÉTICO GLOBAL

Flávia Raiane Oliveira Guedes¹, José Simão Correa Siqueira Júnior², Raimundo Alves Medeiros Neto³ e Yuri Breno da Silva e Silva⁴

APRESENTAÇÃO

O Encontro Vozes Amazônicas, evento que deu forma ao Diálogo Autogestionado realizado na cidade de Macapá (Amapá) foi uma iniciativa do Instituto Mapinguari, uma organização da sociedade civil amazônica dedicada à defesa, preservação e conservação do meio ambiente, que desenvolve estratégias de fortalecimento comunitário, produção de conhecimento e formação de capacidades junto a comunidades vulnerabilizadas pela emergência climática nos territórios costeiros, rurais e na periferia urbana do Amapá.

O evento foi realizado em 20 de setembro e reuniu cerca de 50 participantes, entre os quais 66% tinham entre 18 e 34 anos e 77% se autodeclararam pessoas negras. Além disso, 54% eram moradores de periferias urbanas, o que reforça o caráter popular e diverso do encontro. O público foi formado por lideranças territoriais como indígenas, pescadores, extrativistas e líderes de territórios periféricos urbanos, além de pesquisadores e sindicatos universitários, acadêmicos, atléticas universitárias e outros perfis que garantiram a multiplicidade de pontos de vista do evento.

A memória desta relatoria nasce da articulação de duas organizações amapaenses: o Instituto Mapinguari e o Coletivo Utopia Negra Amapaense, formado por jovens negros da Amazônia que promovem o debate sobre política, justiça climática e cultura por meio de projetos educacionais, fortalecendo o discurso antirracista e a afirmação da identidade amazônica.

Assim, nesse documento buscamos contribuir a duas perguntas do BEG:

- Por que continuamos com modelos de produção e consumo que prejudicam os mais vulneráveis e não estão alinhados à Missão 1.5°C?
- Por que tantas vezes negamos ou ignoramos o que a ciência e os saberes tradicionais dizem sobre a crise climática, e compartilhamos ou compactuamos com a desinformação, mesmo sabendo que vidas estão em risco?

1 Cientista Natural, mestranda em desenvolvimento da Amazônia sustentável (UNIFAP). Instituto Mapinguari

2 Graduando em Licenciatura em Filosofia (UEAP). Coletivo Utopia Negra

3 Pedagogo, Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, Doutorando em Ensino Filosofia e História da Ciência (UFBA). Coletivo Utopia Negra

4 Biólogo, mestre em biodiversidade tropical. Instituto Mapinguari

INTRODUÇÃO

O encontro Vozes Amazônicas reuniu diversas lideranças do Amapá para refletir coletivamente sobre a crise climática e os modelos de desenvolvimento impostos à Amazônia. Este documento é a sistematização dessas vozes, que expressam dores, denúncias e caminhos de futuro. A introdução desse debate se sustenta na necessidade urgente de repensarmos nossa relação com a natureza. Já não é possível mantermos um olhar pautado exclusivamente pelo lucro e pelo uso exploratório dos recursos naturais, como se o planeta fosse um depósito infinito à nossa disposição.

A crise ambiental, social e climática que vivemos demonstra de forma clara que essa lógica está esgotada. Para além da exploração sem limites, torna-se necessário construir novos caminhos que reconheçam a natureza não apenas como recurso, mas como organismo vivo, agente detentor de direitos que interage, ocupa e coexiste no mesmo espaço físico que nós. Essa mudança de perspectiva exige um deslocamento profundo na forma como concebemos a vida em sociedade, um deslocamento que já vem sendo apontado historicamente por populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e povos da floresta, cujas práticas de cuidado e reciprocidade com o meio ambiente mostram que outras formas de existir e conviver são possíveis.

O debate ambiental, nesse sentido, não se trata de um acidente ou de uma emergência inesperada, mas da consequência direta de uma visão extremamente utilitarista e extrativista, herança de um sistema que, desde sua gênese, se alimenta da exploração dos corpos e territórios não europeus e não brancos como motor de sua subsistência. O capitalismo se estruturou a partir dessa exploração e, até hoje, é conduzido pela lógica da acumulação que produz e reproduz desigualdades ao mesmo tempo em que corrói as bases materiais da própria vida.

A crença de que os recursos do planeta são inesgotáveis e de que a natureza pode ser reduzida a mercadoria levou-nos ao colapso que testemunhamos: secas intensas, enchentes devastadoras, queimadas de larga escala, desertificação e perda de biodiversidade. Todos esses fenômenos não são “desastres naturais” no sentido estrito do termo, mas expressões de crises estruturais previsíveis de um modo de produção que insiste em violentar a Terra.

METODOLOGIA

A partir da metodologia de aquário organizamos o debate em círculos concêntricos, onde um grupo reduzido de participantes inicia o debate e os demais participantes podem ocupar o local de fala a qualquer momento, promovendo um revezamento nas intervenções. Essa estratégia privilegia a escuta ativa, a circulação da palavra e a construção colaborativa de sentidos, favorecendo o diálogo respeitoso e a reflexão crítica.

Guiados pelas questões norteadoras do Balanço Ético Global (BEG), utilizamos esse formato para elaborar coletivamente respostas às duas questões propostas, buscando integrar diferentes olhares e experiências em um exercício de participação democrática e ética.



INSTITUTO
MAPINGUARI
PROTEÇÃO, PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



REFLEXÕES FEITAS DURANTE DIÁLOGO

Sistema global voltado aos interesses privados

As falas convergiram em denunciar que seguimos presos a um sistema capitalista, patriarcal, racista e colonial que coloca os interesses privados acima do bem-estar coletivo, que romper esse ciclo exige mais do que atualmente conseguimos mobilizar. Governos e instituições continuam servindo ao capital, sustentando desigualdades históricas e aprofundando a exclusão.

Esse modelo enxerga a terra apenas como recurso de exploração. A visão de território como mãe, ou seja, fonte de vida, espiritualidade e sustento foi substituída por uma lógica de mercado, onde tudo pode ser convertido em mercadoria. Assim, grandes empreendimentos, como hidrelétricas, monocultivos e a exploração de petróleo, impõem destruição, dividem comunidades e deixam impactos sem retorno às populações locais.

A ruptura entre campo e cidade, intensificada pela educação voltada ao mercado, afastou as pessoas da origem da comida, da água e da vida. Jovens são formados para servir ao capital e não para fortalecer suas comunidades. Essa mentalidade de consumo alimenta a alienação social, a desinformação e a perpetuação de modelos que nos conduzem à crise climática.

Consequências desastrosas desse sistema

Para povos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e periféricas, esses impactos são ainda mais violentos, pois se somam ao racismo estrutural, ao machismo e à negação histórica de direitos. É fundamental compreender que a crise climática não é um acidente, tampouco resultado de forças naturais autônomas. Ao contrário, ela é consequência direta e previsível de um sistema econômico, político e cultural que carrega, desde sua formação, a marca da exploração colonial. A escravidão, o saque das terras, a expulsão de povos de seus territórios e a destruição de suas culturas não foram apenas episódios históricos isolados, mas o fundamento de um modelo que segue operando até hoje.

Esse modelo enxerga tanto corpos racializados quanto a própria natureza como recursos a serem explorados até o esgotamento. As populações que primeiro sofrem as consequências da crise, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, são também aquelas que tiveram suas línguas, culturas e modos de vida sistematicamente atacados para garantir a expansão do capital. Não é por acaso, portanto, que elas seguem sendo as mais atingidas pelas enchentes, queimadas e secas que assolam nossos territórios.

Negação da ciência baseada nos saberes tradicionais

A ciência hegemônica, historicamente usada como ferramenta de dominação, serviu para legitimar a exploração de territórios. Já a ciência crítica e os saberes ancestrais, guardados especialmente por mulheres indígenas e negras, foram invisibilizados ou atacados, mesmo sendo eles que há séculos alertam para os sinais da crise climática e oferecem caminhos de cuidado e sustentabilidade. Como lembrou a liderança indígena Mara Karipuna: “a terra é mãe, não recurso; feri-la é ferir a nós mesmos”.



INSTITUTO
MAPINGUARI
PROTEÇÃO, PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Vivemos também uma avalanche de desinformação: fake news, manipulação midiática e banalização da ciência. O resultado é um cotidiano caótico, onde muitas pessoas não conseguem diferenciar conhecimento científico de opinião ou boato. A extrema-direita soube explorar essa fragilidade, ocupando espaços e utilizando novas ferramentas de comunicação, enquanto os movimentos sociais nem sempre acompanharam a mesma velocidade.

Enfrentar a invisibilização exige ocupar espaços institucionais (das COPs às câmaras locais), mas também reinventar formas de comunicação. É preciso traduzir conceitos globais para o cotidiano das comunidades e mostrar que a crise climática está no preço do açaí, na falta de camarão, no aumento da energia elétrica. A arte, a poesia, a música e metodologias populares, como a “pedagogia da pavulagem” criada pelo professor Pedro Ramos, foram lembradas como estratégias poderosas de resistência e de comunicação direta com o povo. O exemplo histórico de Chico Mendes também foi citado como inspiração de articulação coletiva e mobilização popular.

Reconexão com a natureza

É preciso, portanto, provocar uma mudança radical em nossa maneira de enxergar e de nos relacionarmos com a natureza. Essa transformação não pode ser apenas técnica ou normativa, mas deve ser epistemológica e cultural. Significa abandonar uma relação pautada no interesse pelo lucro imediato para reconhecer a natureza enquanto ser vivo, que estabelece relações diretas conosco e que condiciona nossa própria existência. Implica adotar uma ética da interdependência, em que não se trata de dominar, mas de coabitar, respeitando os limites e fluxos dos ciclos naturais. É nessa direção que povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e do campo têm muito a ensinar, pois suas cosmologias e práticas comunitárias afirmam há séculos que a vida se sustenta na reciprocidade e não na exploração predatória.

CONCLUSÕES

Assim, a reflexão que se impõe é a de que a crise climática é inseparável da crise civilizatória do sistema capitalista. Mais do que uma agenda ambiental, trata-se de uma agenda de justiça social, racial e epistêmica. Ampliar as vozes dos povos tradicionais, reconhecer seus saberes como centrais e não periféricos, e construir políticas a partir de suas contribuições é condição para qualquer horizonte de futuro que não seja de destruição.

Romper a negação da ciência e valorizar os saberes tradicionais passa por reconstruir laços comunitários, fortalecer a comunicação popular e garantir que os povos falem por si. Mais do que ambiental, a crise climática é também social, política e cultural e exige alianças que integrem ciência e inteligências ancestrais.

É nesse sentido que a luta contra a mudança climática se articula à luta contra o racismo ambiental, contra a colonialidade do poder e do saber, e contra todas as formas de exploração que nos trouxeram até aqui. O futuro só pode ser construído se aprendermos com essas vozes, se transformarmos nossas práticas e se compreendermos, enfim, que a Terra não é um recurso a ser explorado, mas um organismo vivo com o qual compartilhamos destino.



CAMINHOS POSSÍVEIS

- > Recuperar o público: Estado a serviço do bem comum, não do capital privado.
- > Proteger territórios: reconhecer a terra como mãe, barrar empreendimentos destrutivos e fortalecer o protagonismo das mulheres e comunidades locais.
- > Justiça energética: avançar numa transição justa, soberana e com retornos para os povos da Amazônia.
- > Educação e comunicação transformadoras: reconectar campo e cidade, combater fake news e aproximar a crise climática da vida cotidiana.
- > Enfrentar desigualdades: combater racismo, patriarcado e colonialismo que sustentam o modelo atual.
- > Valorizar e proteger os saberes ancestrais: reconhecer mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais como guardiões da inteligência ancestral e colocá-los no centro das decisões.
- > Construir uma ciência comprometida com a vida: fortalecer uma ciência socioambiental, dialogada com os territórios, que não sirva ao capital, mas à justiça socioecológica.
- > Comunicação popular e acessível: traduzir a crise climática para o cotidiano (preço do açaí, falta do camarão, aumento da energia); adotar pedagogias populares como a pedagogia da pavulagem.
- > Arte e cultura como resistência: usar música, poesia, teatro e outras expressões culturais para romper a invisibilidade e conectar corações e mentes.
- > Ocupar espaços de decisão: garantir que comunidades falem por si em COPs, parlamentos e universidades; ampliar a escuta e o diálogo com os territórios.
- > Rearticular coletivamente: aprender com a história de Chico Mendes e dos povos da floresta; união, empates e articulação em redes locais e globais como caminhos de enfrentamento.

Este documento foi construído a partir das contribuições de: Alexandra Silva, Aline Pamphylio, Anália Ramos, Andréia Lopes, Gabriel Llitch, Joaquim Belo, Mara Karipuna, Marcelle Vilar, Márcio Kayorrare, Paulo Rocha, Sidney Iobato, Silvana Barreto



INSTITUTO
MAPINGUARI
PROTEÇÃO, PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

